

Empresa de Engenharia tem 150 dias para apresentar estudo sobre ampliação da pista do Pico

A Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas acaba de assinar, com a AIV2 – Engenharia Civil e Arquitetura, Lda., um contrato de aquisição de serviços com vista à elaboração de estudo prévio para a ampliação da pista do aeródromo da ilha do Pico, na sequência de um procedimento de concurso público.

O estudo em questão tem um custo de 113.500 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e um prazo de execução de 150 dias.

“Este Governo sempre assumiu, de forma clara, o seu compromisso com a ampliação da pista do aeroporto do Pico e esta é mais uma prova do cumprimento da palavra dada”, garante Berta Cabral, Secretária Regional da tutela.

Recorde-se que o caderno de encargos aponta para que seja feito um “estudo prévio da extensão da pista de modo a obter um comprimento de pista à decolagem (TORA) de 2.345



metros”, mais cerca de 700 metros do que a pista atual.

O objetivo da ampliação é “melhorar as condições operacionais, nomeadamente em contexto de condições meteorológicas adversas e diminuir os cancelamentos”, aumentando também a “capacidade comercial, com incre-

mento da capacidade de carga e passageiros e do alcance das aeronaves com o peso máximo à decolagem”, refere o referido caderno de encargos.

Berta Cabral esclarece que “este estudo permitirá saber que áreas de proteção de segurança serão imprescindíveis e onde será imperioso atuar,

isto é, que escavações, demolições e ocupação de terrenos serão necessárias”.

Os resultados deste primeiro trabalho serão utilizados posteriormente para efetuar um estudo de impacto patrimonial, que é uma peça-chave para, no processo de consulta junto da UNESCO, aferir que a ampliação da pista não tem impacto na classificação da Paisagem da Vinha e do Vinho.

No caderno de encargos está descrito que “este estudo deverá definir as condicionantes à operação bem como as soluções passíveis de aceitação por parte da Autoridade Aeronáutica, tendo em conta os condicionalismos existentes, e/ou propostas alternativas que se venham a verificar ser tecnicamente e/ou economicamente mais vantajosas, com vista a potencializar a operação, sem limitações, por parte de aeronaves do tipo A321 Neo, A320 Neo, A320 Ceo, B737-900, B737-800 e B737-700”.

P. Delgada regista forte queda nas insolvências e aumentam as constituições de empresas

As insolvências aumentaram no país 10% em março, no comparativo com o mesmo período do ano passado, com um total de 447 insolvências, mais 40 que em 2022, revela a Iberinform.

Contudo, no acumulado do primeiro trimestre do ano, o total de insolvências ainda se mantém abaixo do valor alcançado em 2022 (-3,2%), com 1.128 insolvências.

Até final de março, as declarações de insolvência requeridas por terceiros aumentaram 18% face a 2022, com mais 32 declarações, alcançando um total de 215 pedidos.

As declarações de insolvência apresentadas pelas próprias empresas subiram 22% face ao primeiro trimestre de 2022, com uma variação de mais 43 empresas e um total de 243 declarações.

Quanto aos encerramentos com plano de insolvência regista-se um aumento de 33% face a 2022 (mais dois encerramentos, num total de oito).

No primeiro trimestre deste ano foram declaradas insolventes (encerramento de processos) 662 empresas, menos 114 que em 2022, o que resulta numa diminuição no total de ações de insolvência (menos 37 que em 2022).

Lisboa e Porto são os distritos com mais insolvências, 246 e 240 respetivamente.

Face a 2022, regista-se uma diminuição de 19,1% em Lisboa e de 18,9% no Porto.

Com decréscimos destacam-se também: Ponta Delgada (-60%); Castelo Branco (-59,1%); Guarda (-57,1%); Horta (-33,3%); Santarém (-20,5%) e Viseu (-3,3%).

No primeiro trimestre do ano, as insolvências aumentaram nos distritos de: Faro (+84%); Bragança (+75%); Portalegre (+60%); Leiria (+52%); Viana do Castelo (+43%); Madeira (+39%); Aveiro (+17%); Beja (+17%); Braga (+16%); Évora (+14%); Setúbal (+10%) e Coimbra (+8,1%).

Os setores com maiores subidas são: Telecomunicações (+100%); Indústria Extrativa (+50%); Agricultura, Caça e Pesca (+38%); Transportes (+30%); Hotelaria e Restauração (+7,4%); Construção e Obras Públicas (+5,6%); Comércio de Veículos (+2,5%); Comércio a Retalho (+1,6%) e Outros Serviços (+0,9%).

Com decréscimos nas insolvências destacam-se os setores da Eletricidade, Gás, Água (-60%), Indústria Transformadora (-18%) e Comércio por Grosso (-19%).

Constituições continuam a aumentar

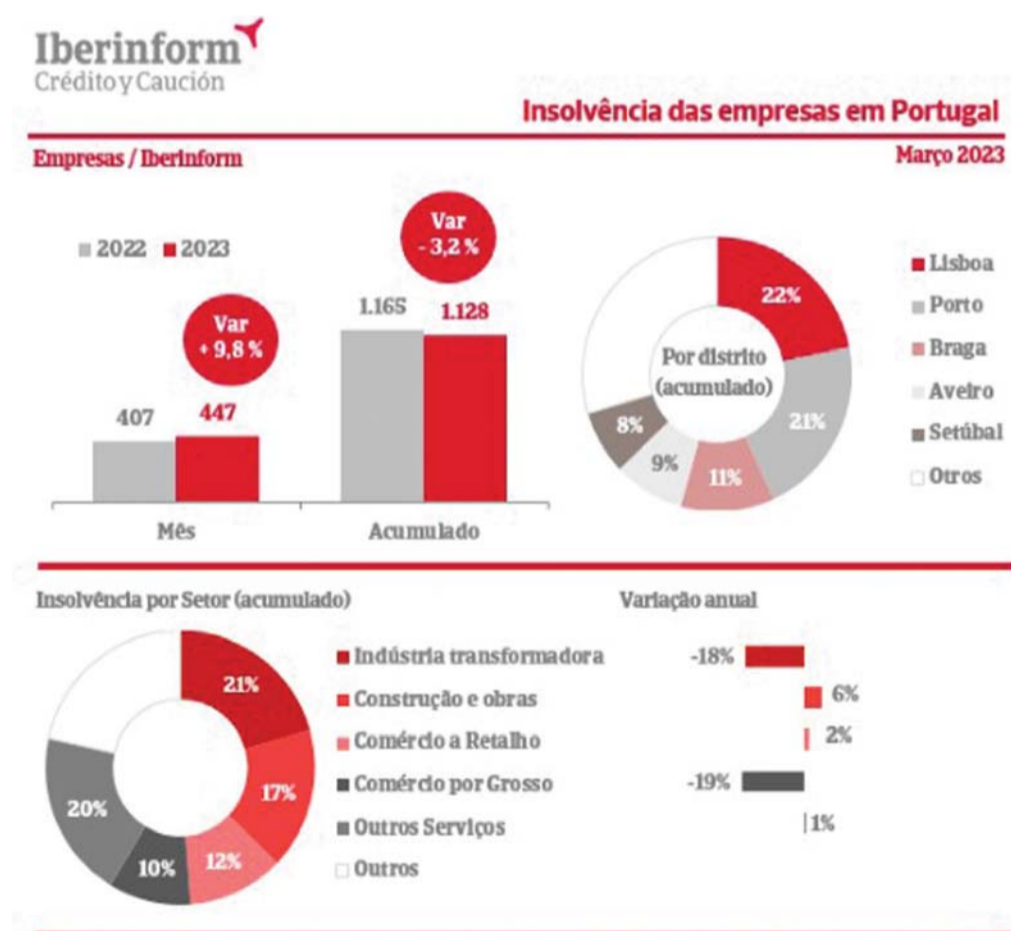
Em março, foram constituídas 4.793 novas empresas, mais 77 que no período homólogo de 2022 (+1,6%).

Em termos acumulados verifica-se um acréscimo em relação aos anos de 2021 e 2022.

O primeiro trimestre deste ano fechou com 14.885 novas empresas constituídas, o que traduz um acréscimo de 7,3% face a 2022.

Lisboa regista o número mais significativo de novas constituições, com 4.928 (+7,8% que em 2022), seguida pelo Porto, com 2.416 novas empresas (+5,2%).

Os distritos que também apresentaram acréscimos são: Aveiro (+18%); Faro (+16%); Setúbal (+15%); Beja



(+14%); Ponta Delgada (+12%); Coimbra (+10%); Leiria (+8,7%); Portalegre (+8,2%); Santarém (+7,3%); Castelo Branco (+4,5%); Braga (+3,1%); Viana do Castelo (+2,8%) e Évora (+1,3%).

Com variação negativa destacam-se: Angra do Heroísmo (-29%); Bragança (-20%); Horta (-13%); Guarda (-11%); Viseu (-6,4%); Vila Real (-5,9%) e a região da Madeira (-1,9%).

Os setores que em março apresentaram uma variação positiva na

constituição de novas empresas são: Transportes (+115%); Eletricidade, Gás, Água (+51%); Comércio de Veículos (+22%); Hotelaria e Restauração (+15%); Comércio por Grosso (+1,6%); Construção e Obras Públicas (+1,6%) e Outros Serviços (+0,5%).

Com variação negativa destacam-se: Indústria Extrativa (-60%); Telecomunicações (-30%); Agricultura, Caça e Pesca (-20%); Comércio a Retalho (-13%) e Indústria Transformadora (-13%).